



IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO

Nome:
Inscrição:
Endereço:

DADOS DA AÇÃO FISCAL

Tipo do Procedimento Fiscalização Especial
Tributo(s): AF-ISS (ISS PRÓPRIO)
Competência: DE A DE .
Objetivo do Procedimento: EFETUAR A COBRANÇA DO ISS PRÓPRIO, ESCRITURADO NA DMI, REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS, SEM O RECOLHIMENTO DA GUIA DE ISS, CONFORME NOTAS FISCAIS EMITIDAS, DESCRIPTAS NA PLANILHA DE DÉBITOS, EM ANEXO.
Observação:

COMUNICAÇÃO DO INÍCIO DA AÇÃO FISCAL E REQUISIÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

FICA O SUJEITO PASSIVO ACIMA IDENTIFICADO NOTIFICADO DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO FISCAL DESIGNADO PELA ORDEM DE SERVIÇO N° .

O PROCEDIMENTO FISCAL DEVERÁ SER EXECUTADO NO PRAZO DE ATÉ 30 DIAS, CONTADOS DA CIÊNCIA DO SUJEITO PASSIVO, PODENDO SER PRORROGADO A CRITÉRIO DA AUTORIDADE OUTORGANTE DA OS.

NESTE ATO, FICA O SUJEITO PASSIVO INTIMADO A APRESENTAR NO PRAZO DE 10 DIAS CORRIDOS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DESTE, A COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO ISS DO PERÍODO ACIMA, DEMONSTRADO NA PLANILHA DE DÉBITOS, SOB PENA DE LAVRATURA DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO, COM MULTA DE INFRAÇÃO DE 100%., ALÉM DE OUTROS ACRÉSCIMOS LEGAIS E APLICAÇÃO DE PENALIDADES, NA FORMA DOS ARTIGOS 6º A 13º DA LEI 1587, COMBINADO COM O ARTIGO 149 II-A DA LEI 1039/2009.

Documento

COMPROVANTE DO RECOLHIMENTO DO ISS PRÓPRIO, DO PERÍODO ACIMA

Obs- PODERÁ O CONTRIBUINTE EFETUAR A REGULARIZAÇÃO DO ISS PRÓPRIO NÃO RECOLHIDO, DO PERÍODO DA FISCALIZAÇÃO ESPECIAL, DE FORMA A EVITAR AS SANÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO

LOCAL DE ENTREGA:



IMPORTANTE:

- 1) A NÃO APRESENTAÇÃO NO PRAZO ESTIPULADO CONFIGURA INFRAÇÃO PREVISTA NO INCISO V DO ART. 1º DA LEI Nº 8137, DE 27/12/1990, QUE DISPÕE SOBRE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, SUJEITANDO O INFRATOR À PENA NELA PRESCRITA, E ENSEJARÁ NA APLICAÇÃO DA PENALIDADE PREVISTA NO § 2º DO ART. 231 DA LEI Nº 1.039/2009 (CTM), POR CARACTERIZAR EMBARAÇO FISCAL NOS TERMOS DO CAPUT E DO § 1º DO MESMO ARTIGO;
- 2) NO DECORRER DESTA AÇÃO FISCAL PODERÃO SER REQUISITADOS OUTROS DOCUMENTOS MEDIANTE TERMO DE INTIMAÇÃO. (ART. 15, § 1º, II, DO DECRETO 5472/2013)
- 3) EM CASO DE DÚVIDA ACERCA DESTE PROCEDIMENTO FISCAL, O SUJEITO PASSIVO PODERÁ ENTRAR EM CONTATO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA PELO TELEFONE (71) 3621-6860 OU, PESSOALMENTE NO ENDEREÇO RUA FRANCISCO DRUMMOND, S/Nº - CENTRO ADMINISTRATIVO - CAMAÇARI-BA.

Para constar, lavrei(amos) o presente Termo às 14:34 do dia 15/01/2019, ficando uma via em poder do sujeito passivo.

Recebi, nesta data uma via do presente Termo de Início de Ação Fiscal, ciente que a presente medida caracteriza o início do procedimento fiscal pertinente, visando aos interesses do Erário Municipal.

Ciente em ____ / ____ / ____ às ____ h ____ m ____ s.

Contribuinte ou Responsável

Assinatura

CPF

Telefone Fixo

Celular

Fax

E-mail